



## CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

### PROJETO DE LEI Nº 017/2018

SÚMULA: "Dispõe sobre a isenção do pagamento de valores a título de inscrição em concursos públicos, no âmbito do Município de Almirante Tamandaré, para os eleitores convocados e nomeados, que tenham prestado serviço eleitoral".

O Ilustríssimo Senhor Vereador **JOÃO MARCELO BINI**, no uso de suas atribuições legais, submete à apreciação do plenário o seguinte

#### PROJETO DE LEI

**Art. 1º** Fica isento do pagamento de valores a título de inscrição nos concursos públicos realizados pela administração pública direta e indireta, autarquias, fundações públicas e entidades mantidas pelo Poder Público do Município de Almirante Tamandaré os eleitores convocados e nomeados pela Justiça Eleitoral do Paraná que prestarem serviços no período eleitoral visando à preparação, execução e apuração de eleições oficiais, em plebiscitos ou em referendos.

§ 1º considera-se como eleitor convocado e nomeado aquele que presta serviços à justiça Eleitoral no período de eleições, plebiscitos e referendos, na condição de:

- I - Presidente de Mesa, Primeiro e Segundo Mesário, Secretários e suplente;
- II - Membro, Escrutinador e Auxiliar de Junta Eleitoral;
- III - Coordenador de Seção Eleitoral;
- IV - Secretário de Prédio e Auxiliar de Juízo;
- V - designado para auxiliar os trabalhos da Justiça Eleitoral, inclusive aqueles destinados à preparação e montagem dos locais de votação.

§ 2º entende-se como período de eleição, para os fins desta Lei, a véspera e o dia do pleito e considera-se cada turno como uma eleição.

**Art. 2º** Para ter direito à isenção, o requerente terá que comprovar o serviço prestado à Justiça Eleitoral por, no mínimo, dois eventos eleitorais (eleição, plebiscito ou referendo), consecutivos ou não.

Parágrafo único. A comprovação do serviço prestado será efetuada mediante apresentação, no ato de inscrição, de documento expedido pela Justiça Eleitoral contendo o nome completo do eleitor, a função desempenhada, o turno e a data da eleição.

**Art. 3º** O benefício de que trata esta Lei será válido por um período de dois anos a contar da data em que a ele fez jus.

**Art. 4º** Esta Lei será regulamentada no prazo de trinta dias.

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2018



## CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

JOÃO MARCELO BINI  
Vereador

### JUSTIFICATIVA

Senhores Vereadores:

A presente proposição foi sugerida ao nosso gabinete parlamentar pelo Ofício nº 054/2018, oriundo do Sr. Frederico Rafael Martins de Almeida, Chefe do Cartório da 171ª Zona Eleitoral deste Município, tendo como objetivo compensar o trabalho cívico realizado pelos cidadãos que trabalham sem remuneração nas eleições, permitindo que o processo democrático ocorra de forma bem-sucedida.

Assegurando-se a isenção do pagamento de valores de inscrição em concursos públicos deste Município, oferece-se não só um incentivo aos que prestam o compromisso cívico, como também busca a valorização desses cidadãos que abrem mão de um domingo em família para se dedicarem à democracia.

A proposta reproduz a ideia de encampada na Lei Estadual nº 19.196, de 26 de outubro de 2017, que concedeu o mesmo benefício previsto neste Projeto de Lei para os concursos promovidos pela administração direta e indireta a nível estadual.

Quanto a legalidade do presente projeto, citamos o entendimento exarado pelo Supremo Tribunal Federal que, no julgamento de Ações Diretas de Inconstitucionalidade que questionavam a Lei nº 6.663/2001 do Estado do Espírito Santo e a Lei nº 2.778/89 do Estado de Sergipe, manifestou-se favoravelmente à possibilidade de as unidades da federação legislarem sobre a isenção do pagamento de valores de inscrição em concurso público, reconhecendo como constitucionais e legais normas de iniciativa parlamentar, senão vejamos:

"CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 6.663, DE 26 DE ABRIL DE 2001, DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. O diploma normativo em causa, que estabelece isenção do pagamento de taxa de concurso público, não versa sobre matéria relativa a servidores públicos (§ 1º do art. 61 da CF/88). Dispõe isto sim, sobre condição para se chegar à investidura em cargo público, que é um momento anterior ao da caracterização do candidato como servidor público. Inconstitucionalidade formal não configurada. Noutro giro, não ofende a Carta Magna a utilização do salário mínimo como critério de aferição do nível de pobreza dos aspirantes às carreiras públicas, para fins de concessão do benefício de que trata a Lei capixaba nº 6.663/01. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. (STF - ADI: 2672 ES, Relator: ELLEN GRACIE, Data de Julgamento: 22/06/2006, Tribunal Pleno, Data de Publicação: DJ 10/11/2006).

"CONCURSO PÚBLICO. ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO. É constitucional a Lei local nº 2. 778/89, no que implicou a concessão de isenção de taxa para a inscrição em concurso público. Precedente: Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2.672-1/ES Pleno Relatora Ministra Ellen Gracie cujo acórdão foi publicado no Diário da justiça de 10 de





## CÂMARA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

ESTADO DO PARANÁ

novembro de 2006. (STF - RE: 396468 SE, Relator: Min. MARCO AURÉLIO, Data de julgamento: 22/05/2012, Primeira Turma, Data de Publicação: 19/06/2012)"

Quanto à eventual questionamento sobre a existência de vício de iniciativa, trazemos o entendimento do Supremo Tribunal Federal que, em recente julgado, entendeu não padecer de inconstitucionalidade formal a lei resultante de iniciativa parlamentar pela qual se estabelece isenção do pagamento da taxa de inscrição em concurso público:

"RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS. CONSTITUCIONAL. CONCURSO PÚBLICO. ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO. LEI MUNICIPAL. INICIATIVA PARLAMENTAR. AUSÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO. (RE 919.366/SP, Relatora Ministra CÂRMEN LÚCIA, Data de julgamento: 13/11/2015, Data de Publicação: 25/11/2015).

Além disso, a proposição visa assegurar um maior número de mesários voluntários, diminuindo assim os custos com as convocações, contribuindo com a maior eficiência na prestação do serviço público.

É a Justificativa.

Sala das Sessões, 24 de abril de 2018.

JOÃO MARCELO BINI  
Presidente